

# SUMÁRIO

## PARTE I

### TEORIA GERAL DO DIREITO PENAL

CAPÍTULO 1 – DIREITO PENAL: NOÇÕES INTRODUTÓRIAS.....	3
1.1. Conceito de Direito Penal.....	3
1.2. Alocação na Teoria Geral do Direito .....	3
1.3. Nomenclatura .....	3
1.4. Características do Direito Penal .....	4
1.5. Criminalização primária e criminalização secundária. Seletividade e vulnerabilidade no Direito Penal.....	5
1.6. Relações do Direito Penal com outros ramos do Direito.....	5
1.6.1. Com o Direito Processual Penal.....	5
1.6.2. Com o Direito Constitucional .....	6
1.6.3. Com o Direito Administrativo.....	6
1.6.4. Com o Direito Civil.....	7
1.6.5. Com o Direito Internacional.....	7
1.7. Funções do Direito Penal.....	7
1.7.1. Direito Penal como proteção de bens jurídicos .....	8
1.7.2. Direito Penal como instrumento de controle social.....	8
1.7.3. Direito Penal como garantia.....	8
1.7.4. Função ético-social do Direito Penal.....	9
1.7.5. Função simbólica do Direito Penal.....	9
1.7.6. Função motivadora do Direito Penal .....	9
1.7.7. Função de redução da violência estatal .....	10
1.7.8. Função promocional do Direito Penal.....	10
1.8. A ciência do Direito Penal .....	10
1.8.1. Introdução.....	10
1.8.2. Dogmática penal.....	10

1.8.3.	Política criminal.....	11
1.8.4.	Criminologia.....	11
1.8.5.	Vitimologia .....	12
1.9.	Divisões do Direito Penal .....	12
1.9.1.	Direito Penal fundamental ou Direito Penal primário .....	12
1.9.2.	Direito Penal complementar ou Direito Penal secundário...	13
1.9.3.	Direito Penal comum.....	13
1.9.4.	Direito Penal especial .....	13
1.9.5.	Direito Penal geral.....	13
1.9.6.	Direito Penal local.....	13
1.9.7.	Direito Penal objetivo .....	13
1.9.8.	Direito Penal subjetivo .....	13
1.9.9.	Direito Penal material.....	13
1.9.10.	Direito Penal formal .....	13
1.10.	Fontes do Direito Penal.....	14
1.10.1.	Introdução.....	14
1.10.2.	Fontes materiais, substanciais ou de produção.....	14
1.10.3.	Fontes formais, cognitivas ou de conhecimento .....	14
1.10.3.1.	Constituição Federal .....	14
1.10.3.2.	Jurisprudência .....	15
1.10.3.3.	Doutrina.....	16
1.10.3.4.	Tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos .....	16
1.10.3.5.	Costumes.....	17
1.10.3.6.	Princípios gerais do Direito.....	18
1.10.3.7.	Atos da Administração Pública .....	18
<b>CAPÍTULO 2 – PRINCÍPIOS DO DIREITO PENAL.....</b>		<b>19</b>
2.1.	Conceito .....	19
2.2.	Princípios em espécie.....	19
2.2.1.	Princípio da reserva legal ou da estrita legalidade .....	19
2.2.1.1.	Princípio da reserva legal e mandados de cri- minalização.....	21
2.2.1.2.	Homofobia (ou transfobia), omissão legislativa e Supremo Tribunal Federal.....	22
2.2.2.	Princípio da anterioridade .....	24
2.2.3.	Princípio da insignificância ou da criminalidade de bagatela...	25
2.2.3.1.	Introdução.....	25
2.2.3.2.	Finalidade.....	25

2.2.3.3.	Natureza jurídica .....	25
2.2.3.4.	Requisitos.....	26
2.2.3.5.	Aplicabilidade.....	30
2.2.3.6.	Princípio da insignificância e infrações penais de menor potencial ofensivo .....	40
2.2.3.7.	A questão do furto privilegiado .....	41
2.2.3.8.	Princípio da insignificância e sua valoração pela autoridade policial.....	41
2.2.3.9.	Princípio da insignificância imprópria ou da criminalidade de bagatela imprópria .....	42
2.2.4.	Princípio da individualização da pena.....	43
2.2.5.	Princípio da alteridade .....	43
2.2.6.	Princípio da confiança.....	44
2.2.7.	Princípio da adequação social.....	44
2.2.8.	Princípio da intervenção mínima.....	45
2.2.8.1.	Princípio da fragmentariedade ou caráter fragmentário do Direito Penal.....	46
2.2.8.2.	Princípio da subsidiariedade .....	47
2.2.9.	Princípio da proporcionalidade .....	48
2.2.10.	Princípio da humanidade.....	50
2.2.11.	Princípio da ofensividade ou da lesividade .....	51
2.2.12.	Princípio da exclusiva proteção do bem jurídico.....	51
2.2.12.1.	Eleição de bens jurídicos e a teoria constitucional do Direito Penal .....	52
2.2.12.2.	A espiritualização (desmaterialização ou liquefação) de bens jurídicos no Direito Penal.....	52
2.2.13.	Princípio da imputação pessoal.....	53
2.2.14.	Princípio da responsabilidade pelo fato .....	53
2.2.15.	Princípio da personalidade ou da intranscendência.....	53
2.2.16.	Princípio da responsabilidade penal subjetiva.....	54
2.2.17.	Princípio do <i>ne bis in idem</i> .....	54
2.2.18.	Princípio da isonomia .....	58
<b>CAPÍTULO 3 – A EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO DIREITO PENAL.....</b>	<b>59</b>	
3.1.	O Direito Penal dos povos primitivos.....	59
3.1.1.	Introdução.....	59
3.1.2.	Vingança divina .....	59
3.1.3.	Vingança privada .....	60
3.1.4.	Vingança pública .....	61

3.2.	Idade antiga: Direito Penal grego e Direito Penal romano .....	62
3.2.1.	Direito Penal grego .....	62
3.2.2.	Direito Penal romano .....	62
3.3.	Idade Média .....	63
3.3.1.	Direito Penal germânico .....	63
3.3.2.	Direito Penal canônico .....	64
3.4.	Idade Moderna .....	66
3.4.1.	Período humanitário – O pensamento de Beccaria .....	66
<b>CAPÍTULO 4 – A HISTÓRIA DO DIREITO PENAL BRASILEIRO .....</b>		<b>69</b>
4.1.	Período Colonial .....	69
4.2.	Código Criminal do Império .....	70
4.3.	Período Republicano .....	71
<b>CAPÍTULO 5 – ESCOLAS PENAIS .....</b>		<b>73</b>
5.1.	Escola Clássica .....	73
5.2.	Escola Positiva .....	74
5.3.	Correcionalismo Penal .....	75
5.4.	Tecnicismo Jurídico-Penal .....	76
5.5.	A defesa social .....	77
<b>CAPÍTULO 6 – A EVOLUÇÃO DOUTRINÁRIA DO DIREITO PENAL .....</b>		<b>81</b>
6.1.	Positivismo jurídico .....	81
6.2.	Neokantismo penal .....	82
6.3.	Garantismo penal .....	82
6.4.	Funcionalismo penal .....	83
6.4.1.	Posição de Claus Roxin – Escola de Munique .....	84
6.4.2.	Posição de Günther Jakobs – Escola de Bonn .....	85
6.5.	Novas propostas doutrinárias: Direito Penal e enfrentamento da criminalidade moderna .....	86
6.5.1.	Introdução .....	86
6.5.2.	Direito intervencionista ou de intervenção .....	88
6.5.3.	As velocidades do Direito Penal .....	91
6.5.4.	Direito Penal do inimigo .....	92
6.5.4.1.	Noções preliminares .....	92
6.5.4.2.	Conceito de inimigo .....	92
6.5.4.3.	Efeitos da aplicação da teoria do Direito Penal do inimigo .....	94

6.5.5.	Neopunitivismo: a quarta velocidade do Direito Penal .....	96
6.5.6.	Direito Penal como proteção de contextos da vida em sociedade.....	97
<b>CAPÍTULO 7 – LEI PENAL.....</b>		<b>99</b>
7.1.	Introdução.....	99
7.2.	Classificação.....	99
7.3.	Características da lei penal.....	101
7.4.	Lei penal em branco .....	101
7.4.1.	A origem do complemento da lei penal em branco .....	102
7.5.	Interpretação da lei penal .....	104
7.5.1.	Introdução.....	104
7.5.2.	Quanto ao sujeito: autêntica, judicial ou doutrinária.....	104
7.5.3.	Quanto aos meios ou métodos: gramatical e lógica.....	105
7.5.4.	Quanto ao resultado: declaratória, extensiva e restritiva.....	105
7.5.5.	Interpretação progressiva .....	106
7.5.6.	Interpretação analógica.....	106
7.5.7.	Interpretação exofórica e endofórica .....	106
7.6.	Analogia.....	107
7.6.1.	Introdução.....	107
7.6.2.	Espécies .....	107
7.7.	Lei penal no tempo .....	108
7.7.1.	Introdução.....	108
7.7.2.	Direito Penal intertemporal e o conflito de leis penais no tempo.....	109
7.7.2.1.	<i>Novatio legis</i> incriminadora.....	109
7.7.2.2.	Lei penal mais grave ou <i>lex gravior</i> .....	110
7.7.2.3.	<i>Abolitio criminis</i> e lei posterior benéfica.....	110
7.7.2.4.	Combinação de leis penais ( <i>lex tertia</i> ).....	114
7.7.2.5.	Lei penal intermediária .....	116
7.7.3.	Lei penal temporária e lei penal excepcional .....	116
7.7.4.	As leis penais em branco e o conflito de leis no tempo .....	118
7.8.	Conflito aparente de leis penais.....	119
7.8.1.	Conceito .....	119
7.8.2.	Requisitos .....	120
7.8.3.	Localização no Direito Penal .....	120
7.8.4.	Finalidade.....	120
7.8.5.	Diferença com o concurso de crimes.....	121

7.8.6.	Diferença com o conflito de leis penais no tempo .....	122
7.8.7.	Princípios para solução do conflito .....	122
7.8.7.1.	Princípio da especialidade .....	122
7.8.7.2	Princípio da subsidiariedade .....	125
7.8.7.3.	Princípio da consunção ou da absorção .....	126
7.8.7.4.	Princípio da alternatividade .....	131
7.8.8.	Ausência de previsão legal.....	132
7.9.	Tempo do crime.....	133
7.10.	Lei penal no espaço .....	135
7.10.1.	Introdução.....	135
7.10.2.	Princípio da territorialidade.....	135
7.10.2.1.	Conceito de território.....	135
7.10.2.2.	Território brasileiro por extensão.....	136
7.10.3.	Outros princípios.....	137
7.10.3.1.	Princípio da personalidade ou da nacionalidade.....	137
7.10.3.2.	Princípio do domicílio .....	137
7.10.3.3.	Princípio da defesa, real ou da proteção .....	138
7.10.3.4.	Princípio da justiça universal.....	138
7.10.3.5.	Princípio da representação .....	138
7.11.	Lugar do crime.....	139
7.11.1.	Não aplicação da teoria da ubiquidade em outras hipóteses .....	139
7.12.	Extraterritorialidade .....	140
7.12.1.	Introdução.....	140
7.12.2.	Extraterritorialidade incondicionada .....	141
7.12.2.1.	Extraterritorialidade incondicionada e o art. 8.º do Código Penal – Proibição do <i>bis in idem</i> .....	141
7.12.2.2.	Extraterritorialidade incondicionada e a Lei de Tortura.....	142
7.12.3.	Extraterritorialidade condicionada .....	142
7.13.	Lei penal em relação às pessoas .....	143
7.13.1.	Introdução.....	143
7.13.2.	Imunidades diplomáticas e de chefes de governos estrangeiros.....	143
7.13.3.	Imunidades parlamentares .....	144
7.13.3.1.	Alocação.....	144
7.13.3.2.	Introdução.....	144
7.13.3.3.	Conceito e finalidade.....	145

7.13.3.4.	Imunidade material ou inviolabilidade .....	145
7.13.3.5.	Imunidade formal.....	148
7.13.3.6.	Pessoas abrangidas pela imunidade.....	150
7.13.3.7.	Suspensão e renúncia da imunidade .....	151
7.13.3.8.	Imunidades e estado de sítio .....	151
7.14.	Disposições finais acerca da aplicação da lei penal .....	152
7.14.1.	Introdução.....	152
7.14.2.	Eficácia da sentença estrangeira .....	152
7.14.3.	Contagem de prazo .....	153
7.14.4.	Frações não computáveis da pena.....	155
7.14.5.	Legislação especial.....	156

## PARTE II

### TEORIA GERAL DO CRIME

<b>CAPÍTULO 8 – CRIME: NOÇÕES INTRODUTÓRIAS .....</b>	<b>159</b>	
8.1.	Conceito de crime .....	159
8.1.1.	Critério material ou substancial .....	159
8.1.2.	Critério legal.....	160
8.1.2.1.	Crime e contravenção penal: outras distinções....	161
8.1.2.2.	Conceito legal de crime e o art. 28 da Lei 11.343/2006 – Lei de Drogas .....	162
8.1.3.	Critério analítico.....	164
8.1.4.	Critério adotado pelo Código Penal.....	165
8.2.	Ilícito penal e outros ilícitos.....	166
8.3.	Sujeitos do crime .....	167
8.3.1.	Sujeito ativo .....	167
8.3.1.1.	A pessoa jurídica como sujeito ativo de crimes	167
8.3.2.	Sujeito passivo .....	171
8.4.	Objeto do crime.....	172
<b>CAPÍTULO 9 – CLASSIFICAÇÃO DOS CRIMES .....</b>	<b>173</b>	
9.1.	Introdução.....	173
9.1.1.	Crimes comuns, próprios e de mão própria.....	173
9.1.2.	Crimes simples e complexos .....	174
9.1.2.1.	Crime ultracomplexo (ou supercomplexo).....	175
9.1.3.	Crimes materiais, formais e de mera conduta.....	175
9.1.4.	Crimes instantâneos, permanentes, de efeitos permanentes e a prazo.....	176

9.1.5.	Crimes unissubjetivos, plurissubjetivos e eventualmente coletivos.....	177
9.1.6.	Crimes de subjetividade passiva única e de dupla subjetividade passiva.....	177
9.1.7.	Crimes de dano e de perigo.....	178
9.1.8.	Crimes unissubsistentes e plurissubsistentes .....	178
9.1.9.	Crimes comissivos, omissivos e de conduta mista .....	179
9.1.10.	Crimes de forma livre e de forma vinculada.....	181
9.1.11.	Crimes mono-ofensivos e pluriofensivos .....	181
9.1.12.	Crimes principais e acessórios .....	181
9.1.13.	Crimes transeuntes e não transeuntes.....	182
9.1.14.	Crimes à distância, plurilocais e em trânsito.....	182
9.1.15.	Crimes independentes e conexos .....	182
9.1.16.	Crimes condicionados e incondicionados .....	183
9.1.17.	Crimes naturais, plásticos e vazios.....	183
9.1.18.	Crimes de mínimo, de menor, de médio, de elevado e de máximo potencial ofensivo.....	183
9.1.19.	Outras classificações.....	184
9.1.19.1.	Crime gratuito.....	184
9.1.19.2.	Crime de ímpeto .....	184
9.1.19.3.	Crime exaurido.....	184
9.1.19.4.	Crime de circulação.....	185
9.1.19.5.	Crime de atentado ou de empreendimento .....	185
9.1.19.6.	Crime de opinião ou de palavra .....	185
9.1.19.7.	Crime multitudinário.....	185
9.1.19.8.	Crime vago .....	185
9.1.19.9.	Crime internacional .....	185
9.1.19.10.	Crime de mera suspeita, sem ação ou de mera posição.....	185
9.1.19.11.	Crime inominado .....	186
9.1.19.12.	Crime habitual .....	186
9.1.19.13.	Crime profissional .....	186
9.1.19.14.	Quase crime .....	186
9.1.19.15.	Crime subsidiário .....	186
9.1.19.16.	Crime hediondo.....	186
9.1.19.17.	Crime de expressão.....	187
9.1.19.18.	Crime de intenção ou de tendência interna transcendente .....	187
9.1.19.19.	Crime de tendência ou de atitude pessoal .....	187

9.1.19.20.	Crime mutilado de dois atos ou tipos imperfeitos de dois atos.....	187
9.1.19.21.	Crime de ação violenta .....	187
9.1.19.22.	Crime de ação astuciosa .....	187
9.1.19.23.	Crime falho .....	187
9.1.19.24.	Crime putativo, imaginário ou erroneamente suposto.....	188
9.1.19.25.	Crime remetido .....	188
9.1.19.26.	Crimes de responsabilidade.....	188
9.1.19.27.	Crime obstáculo.....	188
9.1.19.28.	Crime progressivo .....	188
9.1.19.29.	Progressão criminosa.....	188
9.1.19.30.	Crimes de impressão .....	189
9.1.19.31.	Crimes militares.....	189
9.1.19.32.	Crimes falimentares .....	191
9.1.19.33.	Crimes funcionais ou <i>delicta in officio</i> .....	191
9.1.19.34.	Crimes parcelares .....	191
9.1.19.35.	Crimes de hermenêutica .....	191
9.1.19.36.	Crimes de rua, crimes do colarinho branco e do colarinho azul .....	191
9.1.19.37.	Crime liliputiano .....	192
9.1.19.38.	Crimes de catálogo.....	193
9.1.19.39.	Crimes de acumulação ou crimes de dano cumulativo .....	193
9.1.19.40.	Crimes de olvido .....	193
9.1.19.41.	Crimes aberrantes.....	193
9.1.19.42.	Crime achado.....	193
<b>CAPÍTULO 10 – FATO TÍPICO .....</b>		<b>195</b>
10.1.	Introdução.....	195
10.2.	Conduta .....	196
10.2.1.	Teoria clássica, naturalística, mecanicista ou causal .....	196
10.2.2.	Teoria final ou finalista.....	198
10.2.3.	Teoria cibernética .....	199
10.2.4.	Teoria social.....	200
10.2.5.	Teoria jurídico-penal.....	200
10.2.6.	Teoria da ação significativa .....	201
10.2.7.	Apontamentos gerais sobre a conduta.....	202
10.2.8.	Formas de conduta.....	203

10.2.9.	Teorias acerca da omissão .....	204
10.2.10.	Caracteres da conduta .....	204
10.2.11.	Exclusão da conduta .....	205
10.3.	Resultado.....	206
10.3.1.	Conceito .....	206
10.3.2.	Denominação .....	206
10.3.3.	Espécies .....	206
10.4.	Relação de causalidade ou nexo causal .....	207
10.4.1.	Denominação .....	207
10.4.2.	Dispositivo legal.....	207
10.4.3.	Conceito .....	207
10.4.4.	Âmbito de aplicação .....	208
10.4.5.	Teorias.....	208
	10.4.5.1. Teorias adotadas pelo Código Penal.....	209
10.4.6.	Concausas.....	210
	10.4.6.1. Introdução.....	210
	10.4.6.2. Causas dependentes e independentes.....	210
10.4.7.	Relevância da omissão .....	214
	10.4.7.1. Conceito e alcance .....	214
	10.4.7.2. Teoria adotada.....	215
	10.4.7.3. Dever de agir: critérios existentes para sua definição.....	215
	10.4.7.4. Poder de agir.....	216
	10.4.7.5. Hipóteses de dever de agir .....	216
10.4.8.	A questão da dupla causalidade .....	218
10.4.9.	Teoria da imputação objetiva.....	219
	10.4.9.1. Evolução histórica .....	219
	10.4.9.2. Introdução.....	219
	10.4.9.3. Conceito e análise dos pressupostos.....	221
	10.4.9.4. A imputação objetiva para Jakobs e Roxin .....	224
	10.4.9.5. Conclusões.....	225
	10.4.9.6. Direito Penal Quântico.....	225
10.4.10.	Teoria da condição mínima.....	226
10.5.	Tipicidade.....	227
10.5.1.	Conceito .....	227
10.5.2.	Evolução doutrinária.....	227
	10.5.2.1. Tipicidade como indício da ilicitude e o art. 386, inc. VI, do Código de Processo Penal .....	228
10.5.3.	Teoria dos elementos negativos do tipo.....	229

10.5.4. Teoria da tipicidade conglobante.....	229
10.5.5. Adequação típica: conceito e espécies .....	230
<b>CAPÍTULO 11 – TEORIA DO TIPO .....</b>	<b>233</b>
11.1. Conceito .....	233
11.2. Espécies.....	233
11.3. Tipo legal .....	233
11.4. Funções do tipo legal.....	233
11.4.1. Função de garantia.....	234
11.4.2. Função fundamentadora .....	234
11.4.3. Função indiciária da ilicitude.....	234
11.4.4. Função diferenciadora do erro .....	235
11.4.5. Função seletiva.....	235
11.5. Estrutura do tipo legal.....	235
11.5.1. Elementos modais.....	237
11.6. Classificação doutrinária do tipo legal .....	237
11.6.1. Tipo normal e tipo anormal .....	237
11.6.2. Tipo fundamental e tipo derivado .....	237
11.6.3. Tipo fechado e tipo aberto.....	238
11.6.4. Tipo de autor e tipo de fato.....	238
11.6.5. Tipo simples e tipo misto.....	238
11.6.6. Tipo congruente e tipo incongruente.....	239
11.6.7. Tipo complexo .....	239
11.6.8. Tipo preventivo.....	239
<b>CAPÍTULO 12 – CRIME DOLOSO .....</b>	<b>241</b>
12.1. Introdução.....	241
12.2. Teorias do dolo .....	241
12.2.1. Teorias adotadas pelo Código Penal.....	241
12.3. Elementos do dolo.....	242
12.4. Dolo natural e dolo normativo .....	243
12.5. Espécies de dolo.....	243
12.5.1. Dolo direto e dolo indireto .....	243
12.5.1.1. Dolo eventual e os crimes de trânsito .....	245
12.5.2. <i>Dolus bonus e dolus malus</i> .....	246
12.5.3. Dolo de propósito e dolo de ímpeto (ou repentino) .....	246
12.5.4. Dolo genérico e dolo específico.....	247
12.5.5. Dolo presumido .....	247

12.5.6.	Dolo de dano e dolo de perigo .....	247
12.5.7.	Dolo de primeiro grau e dolo de segundo grau .....	248
12.5.8.	Dolo geral, por erro sucessivo ou <i>dolus generalis</i> .....	248
12.5.9.	Dolo antecedente, dolo atual e dolo subsequente.....	249
12.5.10.	Dolo abandonado.....	249
12.5.11.	Dolo unitário ou global.....	250
12.6.	O dolo nas contravenções penais.....	250
12.7.	Prova do dolo e teoria dos indicadores externos.....	251
12.8.	Dolo sem vontade.....	251
<b>CAPÍTULO 13 – CRIME CULPOSO .....</b>		<b>253</b>
13.1.	Introdução.....	253
13.2.	Fundamento da punibilidade da culpa.....	253
13.3.	Conceito de crime culposo.....	254
13.4.	Elementos do crime culposo .....	254
13.4.1.	Conduta voluntária .....	255
13.4.2.	Violação do dever objetivo de cuidado.....	255
13.4.2.1.	Apontamentos gerais.....	255
13.4.2.2.	Modalidades de culpa.....	256
13.4.3.	Resultado naturalístico involuntário .....	258
13.4.4.	Nexo causal.....	258
13.4.5.	Tipicidade.....	259
13.4.6.	Previsibilidade objetiva.....	259
13.4.7.	Ausência de previsão .....	260
13.5.	Espécies de culpa.....	260
13.5.1.	Culpa inconsciente e culpa consciente .....	260
13.5.2.	Culpa própria e culpa imprópria.....	261
13.5.3.	Culpa mediata ou indireta.....	262
13.5.4.	Culpa presumida.....	262
13.6.	Graus de culpa .....	263
13.7.	Compensação de culpas .....	264
13.8.	Concorrência de culpas .....	264
13.9.	Caráter excepcional do crime culposo .....	264
13.10.	Exclusão da culpa .....	265
<b>CAPÍTULO 14 – CRIME PRETERDOLOSO .....</b>		<b>267</b>
14.1.	Conceito .....	267
14.2.	Relação entre dolo e culpa.....	267

14.3. <i>Versari in re illicita</i> .....	268
14.4. Crimes qualificados pelo resultado .....	268
<b>CAPÍTULO 15 – ERRO DE TIPO .....</b>	<b>271</b>
15.1. Introdução.....	271
15.2. Previsão legal.....	271
15.3. Erro e ignorância: distinção e tratamento .....	271
15.4. Conceito .....	272
15.4.1. Erro de tipo e crimes omissivos impróprios.....	272
15.5. Espécies.....	272
15.6. Efeitos.....	273
15.7. Erro de tipo e crime putativo por erro de tipo.....	273
15.8. Descriminantes putativas.....	274
15.9. Erro determinado por terceiro.....	276
15.9.1. Erro determinado por terceiro e concurso de pessoas .....	276
15.10. Erro de tipo acidental.....	277
15.10.1. Erro sobre a pessoa ou <i>error in persona</i> .....	277
15.10.2. Erro sobre o objeto .....	278
15.10.3. Erro sobre as qualificadoras .....	278
15.10.4. Erro sobre o nexo causal ou <i>aberratio causae</i> .....	278
15.10.5. Erro na execução ou <i>aberratio ictus</i> .....	279
15.10.5.1. Espécies de erro na execução .....	280
15.10.6. Resultado diverso do pretendido, <i>aberratio delicti</i> ou <i>aberratio criminis</i> .....	280
15.10.6.1. Espécies .....	281
15.11. Gráfico conclusivo .....	281
<b>CAPÍTULO 16 – ITER CRIMINIS.....</b>	<b>283</b>
16.1. Conceito .....	283
16.2. Fase interna: cogitação.....	283
16.3. Fase externa .....	284
16.3.1. Preparação.....	284
16.3.2. Execução.....	285
16.3.3. Transição dos atos preparatórios para os atos executórios.....	285
16.3.4. Consumação .....	287
16.4. O exaurimento .....	288
<b>CAPÍTULO 17 – TENTATIVA.....</b>	<b>289</b>
17.1. Dispositivo legal.....	289

17.2. Conceito .....	289
17.3. Denominação.....	289
17.4. Elementos .....	289
17.5. Natureza jurídica.....	290
17.6. Teorias sobre a punibilidade da tentativa .....	290
17.7. Teoria adotada pelo Código Penal .....	291
17.7.1. Critério para diminuição da pena.....	291
17.8. Tentativa e crimes de competência dos Juizados Especiais Criminais .....	292
17.9. Tentativa e diminuição da pena no Código Penal Militar .....	292
17.10. Espécies de tentativa .....	292
17.10.1. Tentativa branca ou incruenta .....	293
17.10.2. Tentativa cruenta ou vermelha .....	293
17.10.3. Tentativa perfeita, acabada ou crime falho.....	293
17.10.4. Tentativa imperfeita, inacabada ou tentativa propriamente dita.....	293
17.11. Tentativa e crimes de ímpeto .....	293
17.12. Tentativa e dolo eventual .....	294
17.13. Inadmissibilidade da tentativa.....	295
17.14. Crimes punidos somente na forma tentada .....	298
<b>CAPÍTULO 18 – DESISTÊNCIA VOLUNTÁRIA E ARREPENDIMENTO EFICAZ.....</b>	<b>299</b>
18.1. Dispositivo legal.....	299
18.2. Distinção com a tentativa .....	299
18.3. Fundamento .....	300
18.4. Natureza jurídica.....	300
18.5. Desistência voluntária .....	301
18.6. Arrependimento eficaz.....	301
18.7. Requisitos .....	302
18.8. Motivos .....	302
18.9. Efeito .....	302
18.10. Incompatibilidade com os crimes culposos.....	302
18.11. Adiamento da prática do crime.....	302
18.12. Comunicabilidade da desistência voluntária e do arrependimento eficaz.....	303
18.13. Tentativa qualificada.....	303
18.14. Desistência voluntária, arrependimento eficaz e Lei de Terrorismo...	304

<b>CAPÍTULO 19 – ARREPENDIMENTO POSTERIOR .....</b>	<b>305</b>
19.1. Conceito .....	305
19.2. Alocação do instituto.....	305
19.3. Natureza jurídica.....	305
19.4. Extensão do benefício.....	306
19.5. Fundamentos .....	306
19.6. Requisitos .....	306
19.7. Comunicabilidade do arrependimento posterior no concurso de pessoas .....	308
19.8. Critério para redução da pena.....	308
19.9. Recusa do ofendido em aceitar a reparação do dano ou a restituição da coisa.....	309
19.10. Dispositivos especiais acerca da reparação do dano.....	309
19.10.1. Peculato culposo .....	309
19.10.2. Juizados Especiais Criminais.....	309
19.10.3. Apropriação indébita previdenciária.....	310
19.10.4. Súmula 554 do Supremo Tribunal Federal.....	310
<b>CAPÍTULO 20 – CRIME IMPOSSÍVEL .....</b>	<b>311</b>
20.1. Conceito .....	311
20.2. Natureza jurídica.....	311
20.3. Teorias sobre o crime impossível .....	312
20.4. Espécies de crime impossível .....	313
20.5. Momento adequado para aferição da inidoneidade absoluta .....	314
20.6. Aspectos processuais inerentes ao crime impossível .....	314
20.7. Crime putativo e crime impossível .....	315
20.7.1. Conceito de crime putativo .....	315
20.7.2. Espécies de crime putativo .....	315
20.7.3. Diferença entre crime impossível e crime putativo .....	317
<b>CAPÍTULO 21 – ILICITUDE .....</b>	<b>319</b>
21.1. Conceito .....	319
21.2. Ilicitude formal e ilicitude material.....	319
21.3. Concepção unitária .....	319
21.4. Terminologia.....	320
21.5. Ilícito e injusto .....	321
21.6. Ilicitude genérica e ilicitude específica .....	321
21.7. Ilicitude objetiva e ilicitude subjetiva .....	322

21.8.	Ilícitude penal e ilícitude extrapenal.....	322
21.9.	Causas de exclusão da ilícitude.....	322
21.9.1.	Introdução.....	322
21.9.2.	Nomenclatura .....	323
21.9.3.	Previsão legal.....	323
21.9.4.	Elementos objetivos e subjetivos das causas de exclusão da ilícitude.....	324
21.9.5.	Causas de exclusão da ilícitude e aspectos processuais .....	325
21.9.5.1.	Prisão provisória e causas de exclusão da ilícitude .....	325
21.9.6.	Causas supralegais de exclusão da ilícitude.....	326
21.9.6.1.	Consentimento do ofendido.....	327
21.9.7.	Descriiminante em branco (ou excludente da ilícitude em branco).....	330
21.9.8.	Visão geral .....	331
<b>CAPÍTULO 22 – ESTADO DE NECESSIDADE .....</b>		<b>333</b>
22.1.	Dispositivo legal.....	333
22.2.	Conceito .....	333
22.3.	Natureza jurídica.....	333
22.4.	Teorias.....	334
22.5.	Requisitos .....	335
22.5.1.	Situação de necessidade.....	336
22.5.1.1.	Perigo atual.....	336
22.5.1.2.	Perigo não provocado voluntariamente pelo agente.....	336
22.5.1.3.	Ameaça a direito próprio ou alheio .....	338
22.5.1.4.	Ausência do dever legal de enfrentar o perigo....	338
22.5.2.	Fato necessitado .....	339
22.5.2.1.	Inevitabilidade do perigo por outro modo .....	339
22.5.2.2.	Proporcionalidade.....	340
22.6.	Causa de diminuição da pena.....	340
22.7.	Espécies de estado de necessidade .....	340
22.7.1.	Quanto ao bem sacrificado.....	340
22.7.2.	Quanto à titularidade do bem jurídico preservado .....	341
22.7.3.	Quanto à origem da situação de perigo .....	341
22.7.4.	Quanto ao aspecto subjetivo do agente .....	341
22.8.	Estado de necessidade recíproco .....	341
22.9.	Casos específicos de estado de necessidade .....	342

22.10. Comunicabilidade do estado de necessidade .....	342
22.11. Estado de necessidade e crimes permanentes e habituais .....	342
22.12. Estado de necessidade e erro na execução .....	343
22.13. Estado de necessidade e dificuldades econômicas .....	343
<b>CAPÍTULO 23 – LEGÍTIMA DEFESA .....</b>	<b>345</b>
23.1. Fundamento .....	345
23.2. Dispositivo legal .....	346
23.3. Natureza jurídica e conceito .....	346
23.4. Requisitos legais .....	346
23.4.1. Agressão injusta .....	346
23.4.2. Agressão atual ou iminente .....	347
23.4.3. Agressão a direito próprio ou alheio .....	348
23.4.4. Reação com os meios necessários .....	348
23.4.5. Uso moderado dos meios necessários .....	349
23.5. Agente de segurança pública e vítima refém de crime .....	350
23.6. Legítima defesa e vingança .....	351
23.7. Desafio e legítima defesa .....	351
23.8. Espécies de legítima defesa .....	351
23.8.1. Quanto à forma de reação .....	351
23.8.2. Quanto à titularidade do bem jurídico protegido .....	352
23.8.3. Quanto ao aspecto subjetivo de quem se defende .....	352
23.8.4. Legítima defesa da honra .....	352
23.8.5. Legítima defesa presumida .....	353
23.8.6. Legítima defesa sucessiva .....	354
23.9. Legítima defesa contra a multidão .....	354
23.10. Legítima defesa contra pessoa jurídica .....	354
23.11. Legítima defesa nas relações familiares .....	354
23.12. Legítima defesa e <i>aberratio ictus</i> .....	355
23.13. Legítima defesa de terceiro e consentimento do ofendido .....	355
23.14. Diferença entre estado de necessidade e legítima defesa .....	355
23.15. Existência simultânea de legítima defesa e de estado de necessidade .....	356
23.16. Legítima defesa e relação com outras excludentes: admissibilidade .....	356
23.17. Legítima defesa e relação com outras excludentes: inadmissibilidade .....	357
23.18. Legítima defesa e desobediência civil: distinção .....	358
<b>CAPÍTULO 24 – ESTRITO CUMPRIMENTO DE DEVER LEGAL .....</b>	<b>359</b>
24.1. Dispositivo legal .....	359

24.2. Natureza jurídica.....	359
24.3. Conceito .....	359
24.4. Fundamento .....	359
24.5. Dever legal .....	360
24.6. Destinatários da excludente.....	360
24.7. Limites da excludente .....	361
24.8. Estrito cumprimento de dever legal e crimes culposos .....	361
24.9. Comunicabilidade da excludente da ilicitude .....	361
24.10. Atuação policial e Lei do Crime Organizado .....	361
<b>CAPÍTULO 25 – EXERCÍCIO REGULAR DE DIREITO.....</b>	<b>363</b>
25.1. Dispositivo legal.....	363
25.2. Natureza jurídica.....	363
25.3. Conceito .....	363
25.4. Limites da excludente .....	364
25.5. Costumes.....	364
25.6. Distinções entre estrito cumprimento de dever legal e exercício regular de direito .....	365
25.7. Lesões em atividades esportivas.....	365
25.8. Intervenções médicas ou cirúrgicas .....	365
25.9. Ofendícuas .....	366
25.10. Meios mecânicos predispostos de defesa da propriedade .....	367
25.11. Exercício regular de direito e utilização de cadáver para estudos e pesquisas científicas.....	367
<b>CAPÍTULO 26 – EXCESSO.....</b>	<b>369</b>
26.1. Introdução.....	369
26.2. Dispositivo legal e alcance .....	369
26.3. Conceito .....	370
26.4. Espécies.....	370
26.4.1. Doloso, culposo, acidental ou exculpante.....	370
26.4.2. Intensivo e extensivo.....	371
26.5. Legítima defesa e excesso.....	371
26.6. Exemplo de quesitos em crime de competência do Tribunal do Júri, incluindo o excesso .....	372
<b>CAPÍTULO 27 – CULPABILIDADE .....</b>	<b>375</b>
27.1. Introdução.....	375
27.2. Conceito .....	376

27.3.	Culpabilidade pelo fato.....	376
27.4.	Fundamento da culpabilidade .....	376
27.5.	Evolução do conceito de culpabilidade .....	376
27.5.1.	Teoria psicológica .....	376
27.5.2.	Teoria normativa ou psicológico-normativa.....	378
27.5.3.	Teoria normativa pura .....	379
27.6.	Teoria adotada pelo Código Penal .....	380
27.7.	Teoria funcional da culpabilidade .....	381
27.8.	Tipo positivo e tipo negativo de culpabilidade .....	381
27.9.	Coculpabilidade.....	381
27.9.1.	Coculpabilidade às avessas .....	382
27.10.	Culpabilidade formal e culpabilidade material .....	383
27.11.	Graus de culpabilidade .....	383
27.12.	Dirimentes.....	384
<b>CAPÍTULO 28 – IMPUTABILIDADE PENAL .....</b>		<b>385</b>
28.1.	Introdução.....	385
28.2.	Conceito .....	385
28.3.	Momento para constatação da imputabilidade .....	386
28.4.	Sistemas ou critérios para identificação da inimputabilidade.....	386
28.5.	Causas de inimputabilidade.....	387
28.6.	Menoridade .....	387
28.6.1.	Menor de 18 anos de idade e a emancipação civil.....	387
28.6.2.	Redução da maioridade penal.....	388
28.6.3.	Crimes permanentes e superveniência da maioridade penal.....	388
28.6.4.	Menoridade penal e crimes militares .....	388
28.7.	Inimputabilidade por doença mental.....	389
28.7.1.	Doente mental e intervalos de lucidez.....	389
28.8.	Inimputabilidade por desenvolvimento mental incompleto .....	389
28.9.	Inimputabilidade por desenvolvimento mental retardado.....	389
28.10.	A perícia médica.....	390
28.11.	Efeitos da inimputabilidade .....	392
28.12.	Imputabilidade diminuída ou restrita.....	392
28.12.1.	Dispositivo legal.....	392
28.12.2.	Nomenclatura .....	392
28.12.3.	Conceito .....	393
28.12.4.	Sistema adotado .....	393



29.4.1.6.	Espécies de erro de proibição: direto, indireto e mandamental.....	414
29.4.1.7.	Erro de proibição e crime putativo por erro de proibição.....	415
29.4.1.8.	Diferença entre erro de tipo e erro de proibição....	415
29.4.1.9.	O erro de tipo que incide sobre a ilicitude do fato .....	415
<b>CAPÍTULO 30 – EXIGIBILIDADE DE CONDUTA DIVERSA.....</b>		<b>417</b>
30.1.	Conceito .....	417
30.2.	Causas supralegais de exclusão da culpabilidade .....	417
30.2.1.	Origem histórica.....	417
30.2.2.	Situação atual: admissibilidade e fundamentos.....	418
30.3.	Coação moral irresistível.....	419
30.3.1.	Dispositivo legal e incidência.....	419
30.3.2.	Fundamento.....	419
30.3.3.	Requisitos .....	420
30.3.4.	Efeitos .....	420
30.3.5.	Temor reverencial.....	421
30.4.	Obediência hierárquica.....	421
30.4.1.	Dispositivo legal.....	421
30.4.2.	Conceito .....	421
30.4.3.	Fundamentos .....	422
30.4.4.	Requisitos .....	422
30.4.5.	Efeitos .....	423
<b>CAPÍTULO 31 – CONCURSO DE PESSOAS .....</b>		<b>425</b>
31.1.	Tratamento legislativo .....	425
31.2.	Denominação.....	425
31.3.	Conceito .....	425
31.4.	Requisitos .....	425
31.4.1.	Pluralidade de agentes culpáveis .....	425
31.4.2.	Relevância causal das condutas para a produção do resultado .....	427
31.4.3.	Vínculo subjetivo .....	427
31.4.4.	Unidade de infração penal para todos os agentes .....	428
31.4.5.	Existência de fato punível.....	429
31.5.	Autoria .....	430
31.5.1.	Teorias.....	430

31.5.2. Teoria adotada pelo Código Penal .....	432
31.6. Punibilidade no concurso de pessoas.....	433
31.7. Cooperação dolosamente distinta.....	434
31.8. Modalidades de concurso de pessoas: coautoria e participação.....	435
31.8.1. Coautoria.....	435
31.8.1.1. Coautoria, crimes próprios e crimes de mão própria.....	436
31.8.1.2. O executor de reserva .....	436
31.8.1.3. Coautoria sucessiva .....	437
31.8.1.4. Coautoria em crimes omissivos.....	437
31.8.1.5. A autoria mediata.....	438
31.8.1.6. Autoria por determinação .....	439
31.8.1.7. Autoria de escritório.....	440
31.8.1.8. A teoria do domínio da organização .....	441
31.8.1.9. Autoria por convicção .....	441
31.8.2. Participação.....	442
31.8.2.1. Espécies .....	442
31.8.2.2. Punição do partípice: teorias da acessoriedade....	443
31.8.2.3. Participação de menor importância.....	445
31.8.2.4. Participação impunível .....	446
31.8.2.5. Participação por omissão.....	446
31.8.2.6. Conivência .....	447
31.8.2.7. Participação sucessiva.....	447
31.8.2.8. Participação em cadeia ou participação da participação .....	447
31.8.2.9. Participação em ação alheia .....	447
31.9. Circunstâncias incomunicáveis: o art. 30 do Código Penal.....	448
31.9.1. Distinção entre elementares e circunstâncias.....	448
31.9.2. Espécies de elementares e de circunstâncias.....	448
31.9.3. Condições de caráter pessoal .....	449
31.9.4. As regras do art. 30 do Código Penal.....	449
31.9.5. Elementares personalíssimas e a questão do estado puerperal no infanticídio.....	450
31.10. O excesso no mandato criminal.....	450
31.11. Questões diversas.....	451
31.11.1. Autoria colateral .....	451
31.11.2. Autoria incerta .....	451
31.11.3. Autoria desconhecida.....	452

31.12. Concurso de pessoas e crimes de autoria coletiva.....	452
31.12.1. Denúncia geral <i>versus</i> processo penal kafkiano (“criptoimputação”)	453
31.13. Concurso de pessoas e crimes culposos .....	454
31.13.1. Coautoria e crimes culposos .....	455
31.13.2. Participação e crimes culposos .....	455

### PARTE III

#### TEORIA GERAL DA PENA

##### CAPÍTULO 32 – PENA: ASPECTOS GERAIS..... **459**

32.1. Sanção penal.....	459
32.2. Conceito .....	459
32.3. Princípios.....	460
32.4. Teorias e finalidades.....	462
32.4.1. Teoria absoluta e finalidade retributiva.....	462
32.4.2. Teoria relativa e finalidades preventivas .....	463
32.4.3. Teoria mista ou unificadora e dupla finalidade: retribuição e prevenção.....	465
32.4.4. Teoria agnóstica .....	466
32.5. Função social da pena .....	466
32.6. Fundamentos da pena.....	467
32.7. Cominação das penas .....	468
32.8. Classificação das penas.....	469
32.8.1. Quanto ao bem jurídico do condenado atingido pela pena	469
32.8.2. Quanto ao critério constitucional.....	469
32.8.3. Quanto ao critério adotado pelo Código Penal .....	470
32.9. Abolicionismo penal .....	470
32.10. Justiça restaurativa.....	472
32.11. Justiça penal negociada .....	474
32.12. Teoria das janelas quebradas (“broken windows theory”)	474

##### CAPÍTULO 33 – PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE ..... **477**

33.1. Conceito .....	477
33.2. Espécies.....	477
33.3. Regimes penitenciários .....	477
33.4. Fixação do regime inicial de cumprimento da pena privativa de liberdade.....	477

33.4.1.	Regime inicial de cumprimento da pena privativa de liberdade e crimes hediondos ou equiparados .....	478
33.4.2.	Tráfico de drogas privilegiado e Lei dos Crimes Hediondos....	480
33.5.	Competência para execução da pena privativa de liberdade.....	483
33.6.	Jurisdicionalização da execução penal.....	483
33.6.1.	Diretrizes e parâmetros para o processamento da execução penal nos tribunais brasileiros .....	483
33.7.	Pena de reclusão .....	483
33.8.	Pena de detenção .....	485
33.9.	Pena de prisão simples .....	485
33.10.	Diferenças entre reclusão e detenção.....	485
33.11.	Pena-base aplicada no mínimo legal e regime prisional mais rigoroso.....	486
33.12.	Impossibilidade de modificação, pelo juízo da execução, do regime prisional equivocadamente fixado na decisão condenatória .....	486
33.13.	Obrigatoriedade de prévia execução das penas mais graves.....	487
33.14.	Progressão de regime prisional.....	487
33.14.1.	Progressão especial para mulher gestante ou que for mãe ou responsável por crianças ou pessoas com deficiência ....	492
33.14.2.	Proibição da progressão “por saltos” .....	494
33.14.3.	Progressão e crimes contra a Administração Pública .....	494
33.14.4.	Progressão e crimes hediondos ou equiparados.....	495
33.14.5.	Requisito temporal para progressão em caso de execução conjunta por crime hediondo (ou equiparado) e crime comum.....	497
33.14.6.	Progressão e nova condenação .....	499
33.14.7.	Processamento do pedido de progressão.....	500
33.14.8.	Progressão e prática de falta grave.....	500
33.14.9.	Progressão e <i>habeas corpus</i> .....	501
33.14.10.	Progressão de regime, organização criminosa e manutenção do agrupamento ilícito .....	501
33.14.11.	Progressão de regime, colaboração premiada e Lei do Crime Organizado.....	501
33.14.12.	Progressão de regime prisional, condenado estrangeiro e processo de expulsão em trâmite .....	502
33.14.13.	Progressão de regime e prisão em unidade militar.....	502
33.14.14.	Progressão de regime e cumprimento da pena em penitenciária federal de segurança máxima.....	502
33.14.15.	Progressão de regime, custódia cautelar e termo inicial .....	503
33.15.	Regressão .....	503

33.15.1. Regressão “por saltos” .....	506
33.15.2. Regressão a regime mais grave do que o fixado na sentença condenatória .....	506
33.15.3. Regressão cautelar .....	506
33.16. Execução provisória .....	507
33.16.1. Execução provisória de réu preso .....	507
33.16.2. Execução provisória de réu solto .....	508
33.16.2.1. Introdução.....	508
33.16.2.2. A execução provisória da pena no direito comparado.....	510
33.16.2.3. A relatividade da presunção de inocência.....	510
33.16.2.4. Presunção de inocência <i>versus</i> efetividade da Justiça penal .....	511
33.16.2.5. As vantagens proporcionadas pela execução provisória .....	513
33.16.2.6. Análise do art. 283 do Código de Processo Penal .....	514
33.16.3. Execução provisória de pena e desaforamento.....	515
33.16.4. Execução provisória e prisão especial .....	516
33.16.5. Execução provisória e Tribunal do Júri .....	516
33.16.5.1. Direito intertemporal.....	518
33.17. Autorizações de saída .....	518
33.17.1. Permissão de saída.....	518
33.17.2. Saída temporária.....	518
33.17.2.1. Saída temporária e monitoração eletrônica.....	520
33.17.2.2. Saídas temporárias automatizadas.....	521
33.18. Regras do regime fechado.....	522
33.18.1. Local de cumprimento da pena.....	524
33.18.2. Estabelecimentos penais de segurança máxima.....	525
33.18.2.1. Juízos colegiados.....	527
33.18.2.2. Líderes de organizações criminosas.....	527
33.18.3. Regime Disciplinar Diferenciado (RDD) .....	528
33.19. Regras do regime semiaberto.....	532
33.19.1. Falta de colônia agrícola ou industrial e cumprimento da pena em estabelecimento adequado.....	532
33.19.2. Regime semiaberto e recurso da defesa.....	533
33.19.3. Pandemia causada pela Covid-19, suspensão temporária do trabalho externo e prisão domiciliar .....	533
33.20. Regras do regime aberto .....	535

33.20.1. Regime aberto e prestação de serviços à comunidade.....	536
33.20.2. Legislação local .....	536
33.20.3. Prisão albergue domiciliar .....	536
33.20.3.1. Prisão albergue domiciliar e prisão domiciliar: distinção .....	537
33.20.3.2. Gestantes e mães presas preventivamente e substituição por prisão domiciliar: <i>habeas corpus</i> coletivo e arts. 318-A e 318-B do Código de Processo Penal.....	538
33.20.3.3. Prisão domiciliar e monitoração eletrônica .....	539
33.20.3.4. Monitoração eletrônica e Resolução CNPCP n.º 05/2017 .....	540
33.20.4. Regime aberto e crimes militares.....	540
33.21. A súmula vinculante 56: aplicabilidade aos regimes semiaberto e aberto .....	540
33.22. Tabela comparativa entre os regimes.....	542
33.23. Regime especial.....	543
33.23.1. Execução penal, mães presas e filhos recém-nascidos .....	543
33.23.2. Proibição (ou não) de revista íntima.....	543
33.24. Direitos do preso .....	545
33.24.1. A questão da visita íntima.....	545
33.24.2. Visita social.....	546
33.24.3. Limitação ao uso de algemas .....	546
33.24.3.1. Uso de algemas pela polícia para apresentação do preso à imprensa .....	549
33.24.4. A separação dos presos nos estabelecimentos penais .....	550
33.24.5. Obras emergenciais em presídios: a reserva do possível e a separação dos Poderes do Estado.....	551
33.24.6. Superlotação carcerária e responsabilidade civil do Estado.	552
33.25. Trabalho do preso.....	553
33.25.1. Política Nacional de Trabalho no sistema prisional .....	554
33.26. Legislação especial .....	554
33.27. Remição .....	554
33.27.1. Remição pelo trabalho.....	555
33.27.2. Remição pelo estudo.....	557
33.27.3. Regras comuns à remição .....	561
33.27.4. Cumulatividade da remição pelo trabalho e pelo estudo.....	562
33.27.5. Falta grave e perda dos dias remidos.....	562

33.27.6. Ausência de trabalho ou de estudo por falta de condições no estabelecimento penal.....	566
33.28. Detração penal .....	567
33.28.1. Competência para aplicação da detração penal e reflexos no regime inicial de cumprimento da pena privativa de liberdade.....	567
33.28.2. Detração penal e penas restritivas de direitos.....	568
33.28.3. Detração penal e pena de multa .....	568
33.28.4. Detração penal e suspensão condicional da execução da pena privativa de liberdade ( <i>sursis</i> ) .....	568
33.28.5. Detração penal e prescrição .....	568
33.28.6. Detração penal e prisão provisória em outro processo .....	569
<b>CAPÍTULO 34 – APLICAÇÃO DA PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE ....</b>	<b>571</b>
34.1. Conceito .....	571
34.2. Pressuposto .....	571
34.3. Sistemas ou critérios para aplicação da pena.....	572
34.4. Elementares e circunstâncias .....	573
34.4.1. Classificação das circunstâncias.....	573
34.5. Agravantes genéricas e causas de aumento da pena.....	573
34.6. Causas de aumento da pena e qualificadoras .....	574
34.7. Atenuantes genéricas e causas de diminuição da pena.....	574
34.8. O critério trifásico .....	575
34.9. A primeira fase da dosimetria da pena: fixação da pena--base .....	577
34.9.1. Culpabilidade.....	579
34.9.2. Antecedentes.....	581
34.9.3. Conduta social .....	583
34.9.4. Personalidade do agente.....	584
34.9.5. Motivos do crime .....	585
34.9.6. Circunstâncias do crime.....	586
34.9.7. Consequências do crime .....	586
34.9.8. Comportamento da vítima .....	587
34.10. A segunda fase da dosimetria da pena: atenuantes e agravantes.....	588
34.10.1. Reincidência (art. 61, I, do CP) .....	590
34.10.1.1. Introdução.....	590
34.10.1.2. Conceito .....	591
34.10.1.3. Requisitos.....	591
34.10.1.4. Natureza jurídica .....	595

34.10.1.5.	Prova da reincidência .....	595
34.10.1.6.	Espécies .....	595
34.10.1.7.	Validade da condenação anterior para fins de reincidência.....	596
34.10.1.8.	Extinção da punibilidade do crime anterior.....	597
34.10.1.9.	Terminologias: reincidente, primário e tecnicamente primário .....	597
34.10.1.10.	Efeitos da reincidência .....	598
34.10.1.11.	Crimes militares próprios, crimes políticos e a reincidência.....	599
34.10.1.12.	Reincidência e maus antecedentes .....	600
34.10.1.13.	Reconhecimento equivocado da reincidência, prejuízo ao réu e indenização pelo erro judiciário.....	601
34.10.1.14.	Falta de reconhecimento da reincidência pelo juízo da condenação e proclamação pelo juízo da execução para fins de benefícios .....	601
34.10.2.	Ter o agente cometido o crime (art. 61, II, do CP) .....	602
34.10.2.1.	Por motivo fútil ou torpe (alínea “a”) .....	602
34.10.2.2.	Para facilitar ou assegurar a execução, a ocultação, a impunidade ou a vantagem de outro crime (alínea “b”.....	603
34.10.2.3.	À traição, de emboscada, ou mediante dissimulação, ou outro recurso que dificultou ou tornou impossível a defesa do ofendido (alínea “c”) .....	604
34.10.2.4.	Com emprego de veneno, fogo, explosivo, tortura ou outro meio insidioso ou cruel, ou de que possa resultar perigo comum (alínea “d”) .....	604
34.10.2.5.	Contra descendente, ascendente, irmão ou cônjuge (alínea “e”.....	604
34.10.2.6.	Com abuso de autoridade ou prevalecendo-se de relações domésticas, de coabitação ou de hospitalidade, ou com violência contra a mulher na forma da lei específica (alínea “f”) .....	605
34.10.2.7.	Com abuso de poder ou violação de dever inerente a cargo, ofício, ministério ou profissão (alínea “g”.....	606
34.10.2.8.	Contra criança, maior de 60 (sessenta) anos, enfermo ou mulher grávida (alínea “h” .....	606
34.10.2.9.	Quando o ofendido estava sob a imediata proteção da autoridade (alínea “i”.....	607

34.10.2.10. Em ocasião de incêndio, naufrágio, inundação ou qualquer calamidade pública, ou de desgraça particular do ofendido (alínea “j”).....	607
34.10.2.11. Em estado de embriaguez preordenada (alínea “l”) .....	608
34.10.3. Agravantes no concurso de pessoas (art. 62 do CP).....	608
34.10.3.1. Promove, ou organiza a cooperação no crime ou dirige a atividade dos demais agentes (inciso I)	608
34.10.3.2. Coage ou induz outrem à execução material do crime (inciso II).....	609
34.10.3.3. Instiga ou determina a cometer o crime alguém sujeito à sua autoridade ou não punível em virtude de condição ou qualidade pessoal (inciso III) .....	610
34.10.3.4. Executa o crime, ou nele participa, mediante paga ou promessa de recompensa (inciso IV) ..	610
34.10.4. Atenuantes genéricas (arts. 65 e 66 do CP) .....	610
34.10.4.1. Ser o agente menor de 21 (vinte e um), na data do fato, ou maior de 70 (setenta) anos, na data da sentença (inciso I) .....	610
34.10.4.2. O desconhecimento da lei (inciso II).....	611
34.10.4.3. Ter o agente (inciso III).....	611
34.10.4.4. Atenuantes inominadas (art. 66 do CP) .....	616
34.10.5. Concurso de circunstâncias agravantes e atenuantes genéricas.....	617
34.10.5.1. Concurso entre reincidência e confissão espontânea.....	617
34.10.5.2. Concurso entre promessa de recompensa e confissão espontânea.....	618
34.11. A terceira fase da dosimetria da pena: causas de diminuição (minrantes) e de aumento (majorantes) .....	618
<b>CAPÍTULO 35 – PENAS RESTRITIVAS DE DIREITOS.....</b>	<b>621</b>
35.1. Conceito .....	621
35.2. Espécies.....	622
35.3. Natureza jurídica.....	622
35.4. Duração das penas restritivas de direitos .....	623
35.5. Requisitos .....	624
35.5.1. Requisitos objetivos.....	624
35.5.2. Requisitos subjetivos .....	627
35.6. Crimes hediondos e equiparados e penas restritivas de direitos .....	628

35.6.1.	A problemática relacionada ao tráfico de drogas.....	628
35.7.	Violência doméstica ou familiar contra a mulher e penas restritivas de direitos.....	629
35.8.	Penas restritivas de direitos e crimes militares.....	631
35.9.	Momento da substituição.....	631
35.10.	Regras da substituição .....	632
35.11.	Reconversão obrigatória da pena restritiva de direitos em privativa de liberdade .....	632
35.11.1.	Reconversão da pena restritiva de direitos em privativa de liberdade e princípio da boa-fé objetiva .....	633
35.11.2.	Impossibilidade de reconversão da pena restritiva de direitos em privativa de liberdade a pedido do réu.....	634
35.12.	Reconversão facultativa da pena restritiva de direitos em privativa de liberdade.....	635
35.13.	Início da execução das penas restritivas de direitos.....	635
35.13.1.	Penas restritivas de direitos e execução provisória .....	635
35.14.	Política Nacional de Alternativas Penais.....	636
35.15.	Penas restritivas de direitos em espécie .....	636
35.15.1.	Classificação.....	636
35.15.2.	Prestação pecuniária .....	637
35.15.2.1.	Prestação pecuniária e pena de multa: distinções.....	639
35.15.3.	Perda de bens e valores .....	639
35.15.3.1.	Perda de bens e valores e confisco como efeito da condenação: distinções .....	640
35.15.4.	Prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas.....	640
35.15.4.1.	Execução da prestação de serviços à comunidade.....	642
35.15.4.2.	Prestação de serviços à comunidade e trabalhos forçados .....	642
35.15.4.3.	Prestação de serviços à comunidade e crimes ambientais .....	642
35.15.4.4.	Ausência de local adequado para execução da prestação de serviços à comunidade .....	642
35.15.4.5.	Prestação de serviços à comunidade e crimes previstos no Código de Trânsito Brasileiro.....	643
35.15.5.	Interdição temporária de direitos.....	643
35.15.5.1.	Proibição de exercício de cargo, função ou atividade pública, bem como de mandato eletivo.....	644

35.15.5.2.	Proibição do exercício de profissão, atividade ou ofício que dependam de habilitação especial, de licença ou autorização do poder público.....	645
35.15.5.3.	Suspensão de autorização ou habilitação para dirigir veículo.....	645
35.15.5.4.	Proibição de frequentar determinados lugares ..	646
35.15.5.5.	Proibição de inscrever-se em concurso, avaliação ou exame públicos.....	646
35.15.6.	Limitação de fim de semana .....	647
<b>CAPÍTULO 36 – PENA DE MULTA.....</b>		<b>649</b>
36.1.	Conceito .....	649
36.2.	Fundo Penitenciário .....	649
36.3.	Critério adotado para a pena de multa.....	649
36.3.1.	Crimes em licitações e contratos administrativos.....	650
36.4.	Aplicação da pena de multa.....	651
36.5.	Valor ineficaz da pena de multa.....	652
36.6.	Multa excessiva.....	652
36.7.	Multa irrigória .....	652
36.8.	Pagamento voluntário da multa.....	653
36.9.	Execução da pena de multa.....	653
36.10.	Causas suspensivas e interruptivas da prescrição da pena de multa.....	655
36.11.	Pena de multa e <i>habeas corpus</i> .....	656
36.12.	Multa e correção monetária .....	656
36.13.	Suspensão da execução da multa .....	656
36.14.	Multa substitutiva .....	656
36.15.	Súmula 171 do Superior Tribunal de Justiça .....	657
36.16.	Pena de multa na Lei de Drogas .....	657
36.17.	Pena de multa e violência doméstica E familiar contra a mulher.....	658
<b>CAPÍTULO 37 – CONCURSO DE CRIMES.....</b>		<b>659</b>
37.1.	Conceito .....	659
37.2.	Espécies.....	659
37.3.	Sistemas de aplicação da pena no concurso de crimes.....	659
37.3.1.	Sistema do cômulo material.....	659
37.3.2.	Sistema da exasperação .....	659
37.3.3.	Sistema da absorção .....	659
37.4.	Concurso material .....	660

37.4.1.	Conceito e dispositivo legal.....	660
37.4.2.	Espécies .....	661
37.4.3.	Momento adequado para a soma das penas.....	661
37.4.4.	Imposição cumulativa de penas de reclusão e detenção .....	661
37.4.5.	Cumulação de pena privativa de liberdade com restritiva de direitos.....	661
37.4.6.	Cumprimento sucessivo ou simultâneo de penas restritivas de direitos .....	662
37.4.7.	Concurso material e suspensão condicional do processo (art. 89 da Lei 9.099/1995) .....	662
37.5.	Concurso formal.....	662
37.5.1.	Conceito e dispositivo legal.....	662
37.5.2.	Espécies .....	663
37.5.2.1.	Homogêneo e heterogêneo .....	663
37.5.2.2.	Perfeito e imperfeito .....	663
37.5.3.	Teorias sobre o concurso formal.....	663
37.5.4.	Aplicação da pena no concurso formal .....	664
37.5.5.	Concurso material benéfico.....	665
37.6.	Crime continuado.....	665
37.6.1.	Conceito e dispositivo legal.....	665
37.6.2.	Origem histórica .....	666
37.6.3.	Natureza jurídica .....	666
37.6.4.	Requisitos do crime continuado.....	667
37.6.4.1.	Pluralidade de condutas.....	667
37.6.4.2.	Pluralidade de crimes da mesma espécie .....	667
37.6.4.3.	Conexão temporal .....	668
37.6.4.4.	Conexão espacial .....	668
37.6.4.5.	Conexão modal.....	668
37.6.4.6.	Conexão ocasional.....	669
37.6.4.7.	Crime continuado e unidade de designio .....	669
37.6.5.	Espécies de crime continuado e dosimetria da pena .....	670
37.6.6.	Concurso material benéfico.....	672
37.6.7.	Crime continuado e conflito de leis no tempo .....	672
37.6.8.	Crime continuado e prescrição.....	672
37.6.9.	Crime continuado e suspensão condicional do processo....	673
37.6.10.	Crime continuado e crime habitual: diferenças.....	673
37.7.	Multa no concurso de crimes .....	674
37.8.	Apontamentos diversos sobre o concurso de crimes .....	675

37.8.1.	Concurso de crimes moderado ou limitado .....	675
37.8.2.	Concurso de concursos de crimes ou concorrência de concursos.....	675
37.8.3.	Concurso de crimes e competência dos Juizados Especiais Criminais.....	675
37.8.4.	Concurso entre crimes e contravenções penais.....	675
<b>CAPÍTULO 38 – LIMITE DAS PENAS .....</b>		<b>677</b>
38.1.	Introdução.....	677
38.2.	Fundamentos .....	677
38.3.	Unificação de penas .....	678
38.4.	Competência para unificação das penas .....	679
38.5.	Nova condenação e unificação das penas.....	679
38.6.	Fuga do réu e cumprimento da pena unificada.....	679
<b>CAPÍTULO 39 – SUSPENSÃO CONDICIONAL DA PENA .....</b>		<b>681</b>
39.1.	Origem histórica .....	681
39.2.	Sistemas .....	681
39.3.	Conceito .....	682
39.4.	Natureza jurídica.....	682
39.4.1.	Política Nacional de Alternativas Penais.....	682
39.5.	Requisitos .....	683
39.5.1.	Requisitos objetivos.....	683
39.5.2.	Requisitos subjetivos .....	684
39.6.	Momento adequado para concessão do <i>sursis</i> .....	685
39.7.	Espécies de <i>sursis</i> .....	685
39.8.	Condições.....	686
39.9.	<i>Sursis</i> incondicionado .....	686
39.10.	Período de prova .....	687
39.11.	Fiscalização das condições impostas durante o período de prova.....	687
39.12.	Revogação.....	688
39.12.1.	Revogação obrigatória.....	688
39.12.2.	Revogação facultativa.....	689
39.12.3.	Revogação do <i>sursis</i> e do livramento condicional .....	690
39.13.	Revogação do <i>sursis</i> e prévia oitiva do condenado.....	690
39.14.	Revogação obrigatória do <i>sursis</i> pela condenação irrecorrível por crime doloso durante o curso do prazo e término do período de prova.....	691

39.15. Cassação do <i>sursis</i> .....	691
39.16. <i>Sursis</i> sucessivos .....	692
39.17. <i>Sursis</i> simultâneos.....	692
39.18. Prorrogação do período de prova .....	692
39.19. Término do período de prova e possibilidade de sua prorrogação e revogação do benefício.....	693
39.20. Extinção da pena .....	693
39.21. <i>Sursis</i> e crimes hediondos ou equiparados.....	694
39.22. <i>Sursis</i> para estrangeiro .....	694
39.23. <i>Sursis</i> e suspensão dos direitos políticos.....	695
39.24. <i>Sursis</i> e <i>habeas corpus</i> .....	695
39.25. <i>Sursis</i> e detração penal .....	695
39.26. <i>Sursis</i> e indulto.....	695
39.27. <i>Sursis</i> e regime penitenciário.....	696
<b>CAPÍTULO 40 – LIVRAMENTO CONDICIONAL.....</b>	<b>697</b>
40.1. Evolução histórica.....	697
40.2. Conceito .....	697
40.3. Natureza jurídica.....	698
40.4. Diferenças com o <i>sursis</i> .....	698
40.5. Juízo competente para concessão do livramento condicional.....	699
40.6. Egresso .....	700
40.7. Requisitos .....	700
40.7.1. Requisitos objetivos.....	700
40.7.2. Requisitos subjetivos .....	703
40.8. Rito do livramento condicional .....	705
40.9. Condições.....	707
40.10. Revogação do livramento condicional.....	708
40.10.1. Revogação obrigatória.....	708
40.10.1.1. Inciso I .....	709
40.10.1.2. Inciso II.....	710
40.10.2. Revogação facultativa.....	711
40.11. Suspensão do livramento condicional .....	712
40.12. Prorrogação do período de prova .....	713
40.13. Extinção da pena .....	714
40.14. Questões diversas sobre livramento condicional .....	714
40.14.1. Livramento condicional insubstancial.....	714
40.14.2. Livramento condicional e <i>habeas corpus</i> .....	715

40.14.3.	Livramento condicional humanitário .....	715
40.14.4.	Livramento condicional cautelar.....	715
40.14.5.	Livramento condicional para estrangeiro .....	715
40.14.6.	Livramento condicional e Lei do Crime Organizado.....	716
<b>CAPÍTULO 41 – EFEITOS DA CONDENAÇÃO .....</b>		<b>717</b>
41.1.	Introdução.....	717
41.2.	Pressuposto .....	717
41.3.	Divisão dos efeitos da condenação .....	718
41.3.1.	Efeitos principais .....	718
41.3.2.	Efeitos secundários.....	718
41.3.2.1.	Efeitos secundários de natureza penal .....	718
41.3.2.2.	Efeitos secundários de natureza extrapenal pre- vistos no Código Penal .....	719
41.4.	Efeitos da condenação previstos fora do código penal .....	729
41.4.1.	Abuso de autoridade.....	729
41.4.2.	Suspensão dos direitos políticos .....	730
41.4.3.	Rescisão contratual na Justiça do Trabalho.....	731
41.4.4.	Lei de Licitações .....	731
41.4.5.	Lei de Falências.....	731
41.4.6.	Lei de Tortura .....	732
41.4.7.	Lei de Drogas .....	732
41.4.8.	Crimes resultantes de preconceitos de raça e de cor .....	732
41.4.9.	Lavagem de capitais .....	732
41.4.10.	Crime organizado.....	733
41.4.11.	Cadastro Nacional das Pessoas Condenadas por Crime de Estupro.....	733
41.5.	Quadro esquemático .....	734
<b>CAPÍTULO 42 – REABILITAÇÃO.....</b>		<b>735</b>
42.1.	Conceito .....	735
42.2.	Origem histórica .....	735
42.3.	Natureza jurídica.....	735
42.4.	Modalidades de reabilitação no Código Penal.....	736
42.4.1.	Sigilo das condenações: art. 93, <i>caput</i> , parte final .....	736
42.4.2.	Efeitos secundários de natureza extrapenal e específicos da condenação: art. 93, parágrafo único .....	736

42.4.2.1.	Perda de cargo, função pública ou mandato eletivo.....	736
42.4.2.2.	Incapacidade para o exercício do poder familiar, da tutela ou da curatela .....	737
42.4.2.3.	Inabilitação para dirigir veículo .....	737
42.5.	Reabilitação e reincidência.....	737
42.6.	Pressuposto e requisitos da reabilitação .....	738
42.6.1.	Pressuposto .....	738
42.6.2.	Requisitos .....	738
42.6.2.1.	Requisitos objetivos.....	738
42.6.2.2.	Requisitos subjetivos.....	740
42.7.	Pedido de reabilitação.....	740
42.8.	Revogação da reabilitação.....	741
42.9.	Reabilitação e <i>habeas corpus</i> .....	741
<b>CAPÍTULO 43 – MEDIDAS DE SEGURANÇA.....</b>		<b>743</b>
43.1.	Conceito .....	743
43.2.	Distinções entre pena e medida de segurança.....	743
43.3.	Princípios das medidas de segurança .....	744
43.3.1.	Legalidade .....	744
43.3.2.	Anterioridade .....	744
43.3.3.	Jurisdicionalidade .....	744
43.4.	Requisitos para aplicação .....	744
43.5.	Conceito de periculosidade .....	745
43.6.	Espécies de periculosidade.....	746
43.7.	Aplicação da medida de segurança.....	746
43.8.	Espécies de medidas de segurança.....	748
43.9.	Prazo mínimo da medida de segurança.....	749
43.10.	Prazo máximo da medida de segurança .....	749
43.11.	Execução das medidas de segurança .....	750
43.12.	Medida de segurança provisória ou preventiva.....	752
43.13.	Conversão do tratamento ambulatorial para internação.....	753
43.14.	Desinternação progressiva.....	753
43.15.	Conversão da pena em medida de segurança.....	754
43.16.	Direitos do internado.....	755
43.17.	Medidas de segurança na Lei de Drogas .....	755
43.18.	Adolescente infrator e medidas de segurança.....	755

<b>CAPÍTULO 44 – AÇÃO PENAL.....</b>	<b>757</b>
44.1. Introdução.....	757
44.2. Conceito .....	757
44.3. Características.....	757
44.4. Classificação da ação penal.....	758
44.4.1. Divisão com base na tutela jurisdicional invocada.....	758
44.4.2. Divisão subjetiva.....	758
44.5. Condições da ação penal .....	758
44.5.1. Condições genéricas.....	758
44.5.1.1. Possibilidade jurídica do pedido .....	759
44.5.1.2. Legitimidade <i>ad causam</i> ou legitimidade para agir .....	759
44.5.1.3. Interesse processual.....	760
44.5.1.4. Justa causa.....	760
44.5.2. Condições específicas ou condições de procedibilidade .....	761
44.6. Ação penal pública.....	762
44.6.1. Princípios .....	763
44.6.2. Ação penal pública incondicionada .....	764
44.6.3. Ação penal pública condicionada.....	765
44.6.3.1. Representação do ofendido e requisição do Ministro da Justiça: natureza jurídica .....	765
44.6.3.2. Representação do ofendido .....	765
44.7. Ação penal privada.....	770
44.7.1. Prazo .....	770
44.7.2. Princípios .....	770
44.7.3. Espécies .....	772
44.7.3.1. Ação penal exclusivamente privada ou ação penal privada propriamente dita .....	772
44.7.3.2. Ação penal privada personalíssima.....	772
44.7.3.3. Ação penal privada subsidiária da pública.....	773
44.7.3.4. Ação penal privada concorrente.....	773
44.8. Ação penal nos crimes complexos .....	774
44.9. Ação penal nos crimes contra a dignidade sexual.....	774
44.10. Ação penal e crime de lesão corporal praticado com violência doméstica e familiar contra a mulher.....	775
<b>CAPÍTULO 45 – EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE .....</b>	<b>779</b>
45.1. Introdução.....	779

45.2.	O art. 107 do Código Penal .....	779
45.3.	Momento de ocorrência: antes ou depois do trânsito em julgado da condenação .....	780
45.4.	Efeitos.....	781
45.5.	Extinção da punibilidade nos crimes acessórios, complexos e conexos.....	782
45.6.	Análise do art. 107 do Código Penal .....	782
45.6.1.	Morte do agente (inciso I).....	782
45.6.2.	Anistia, graça e indulto (inciso II).....	784
45.6.2.1.	Anistia .....	784
45.6.2.2.	Graça.....	785
45.6.2.3.	Indulto .....	786
45.6.3.	<i>Abolitio criminis</i> (inciso III) .....	790
45.6.4.	Prescrição, decadência e perempção (inciso IV).....	790
45.6.4.1.	Prescrição .....	790
45.6.4.2.	Decadência.....	791
45.6.4.3.	Perempção.....	792
45.6.5.	Renúncia ao direito de queixa ou perdão aceito nos crimes de ação privada (inciso V) .....	794
45.6.5.1.	Renúncia ao direito de queixa .....	794
45.6.5.2.	Perdão aceito .....	795
45.6.6.	Retratação do agente, nos casos em que a lei a admite (inciso VI) .....	796
45.6.7.	Inciso VII – Revogado pela Lei 11.106/2005.....	796
45.6.8.	Inciso VIII – Revogado pela Lei 11.106/2005 .....	796
45.6.9.	Perdão judicial (inciso IX).....	796
45.6.9.1.	Introdução.....	796
45.6.9.2.	Natureza jurídica .....	798
45.6.9.3.	Aplicabilidade.....	798
45.6.9.4.	Incomunicabilidade .....	799
45.6.9.5.	Natureza jurídica da sentença concessiva do perdão judicial .....	799
45.6.9.6.	Distinção entre perdão judicial e escusas absolutórias.....	800
45.6.9.7.	Distinção entre perdão judicial e perdão do ofendido .....	801
<b>CAPÍTULO 46 – PRESCRIÇÃO.....</b>		<b>803</b>
46.1.	Introdução.....	803

46.2.	Origem histórica .....	804
46.3.	Conceito .....	804
46.4.	Fundamentos .....	804
46.5.	Natureza jurídica.....	805
46.6.	Alocação .....	805
46.7.	Imprescritibilidade penal.....	806
46.8.	Diferenças entre prescrição e decadência .....	808
46.9.	Espécies de prescrição .....	808
46.9.1.	Introdução.....	808
46.9.2.	Efeitos da prescrição e competência para sua declaração ....	809
46.10.	Prescrição da pena privativa de liberdade .....	810
46.10.1.	Prescrição da pretensão punitiva propriamente dita ou prescrição da ação penal.....	810
46.10.1.1.	Dispositivo legal.....	810
46.10.1.2.	Fundamento.....	810
46.10.1.3.	Cálculo.....	811
46.10.1.4.	Termo inicial .....	816
46.10.1.5.	Termo inicial da prescrição da pretensão punitiva e regra especial da Lei de Falências .....	819
46.10.1.6.	Causas interruptivas.....	820
46.10.1.7.	Comunicabilidade das causas interruptivas da prescrição da pretensão punitiva.....	823
46.10.1.8.	Causa especial de interrupção da prescrição da pretensão punitiva nos crimes falimentares.....	824
46.10.1.9.	Causas impeditivas.....	824
46.10.1.10.	Natureza do rol das causas impeditivas e suspensivas previstas no Código Penal.....	826
46.10.1.11.	Causas impeditivas e suspensivas da prescrição da pretensão punitiva previstas fora do Código Penal .....	827
46.10.1.12.	Recurso extraordinário com repercussão geral, suspensão dos processos pendentes em todo o território nacional e suspensão da prescrição....	828
46.10.2.	Prescrição superveniente, intercorrente ou subsequente.....	830
46.10.2.1.	Conceito .....	830
46.10.2.2.	Cálculo.....	830
46.10.2.3.	Termo inicial .....	831
46.10.2.4.	Motivos para sua ocorrência .....	831
46.10.2.5.	Momento adequado para o seu reconhecimento.....	831

46.10.2.6. Redução da pena imposta pela sentença e pen dência de recurso da acusação .....	832
46.10.3. Prescrição retroativa.....	832
46.10.3.1. Origem.....	832
46.10.3.2. Cálculo.....	832
46.10.3.3. Termo inicial .....	833
46.10.3.4. Momento adequado para o seu reconheci mento .....	835
46.10.4. Prescrição da pretensão executória ou prescrição da conde nção .....	836
46.10.4.1. Conceito .....	836
46.10.4.2. Forma de contagem .....	836
46.10.4.3. Termo inicial .....	836
46.10.4.4. Causas interruptivas.....	839
46.10.4.5. Incomunicabilidade das causas interruptivas da prescrição da pretensão executória.....	840
46.10.4.6. Causa impeditiva da prescrição da pretensão executória.....	840
46.10.4.7. Prescrição da pretensão executória e indulto ....	841
46.10.5. Prescrição virtual, projetada, antecipada, prognostical ou retroativa em perspectiva.....	841
46.11. Prescrição das penas restritivas de direitos .....	843
46.12. Prescrição e detração penal.....	844
46.13. Prescrição das medidas de segurança.....	844
46.14. Prescrição e absorção de penas.....	845
46.15. Prescrição no concurso de crimes.....	846
46.16. Prescrição da pena de multa.....	847
46.17. Prescrição na legislação penal especial.....	848
46.17.1. Lei de Drogas – Lei 11.343/2006 .....	848
46.17.2. Código Penal Militar – Decreto-lei 1.001/1969.....	849
46.17.3. Prescrição e Estatuto da Criança e do Adolescente.....	849
46.18. Falta grave na Lei de Execução Penal e prescrição de infração disci plinar .....	850
<b>BIBLIOGRAFIA .....</b>	<b>851</b>